

**Ata da 3ª Reunião da Câmara de
Compensação Ambiental da Secretaria
de Estado de Meio Ambiente e
Desenvolvimento Sustentável do
Amazonas (CECA/SDS) para tratar
sobre a Compensação Ambiental do
empreendimento Gasoduto “Coari-
Manaus”.**

Aos três dias do mês de maio de dois mil e onze, com início às nove horas e término às onze horas, na Sala de Treinamento do Instituto de Proteção Ambiental do Estado do Amazonas (IPAAM), foi realizada a Terceira Reunião da Câmara de Compensação Ambiental da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (CECA/SDS). A reunião teve como pauta única a apresentação da proposta e deliberação quanto ao incremento da ação “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas” no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, assinado em 21/12/2009 (D.O.E. 05/01/2010, p. 5, Publicações Diversas) – Compensação do empreendimento Gasoduto Coari-Manaus. O Prof. José Adailton Alves, Presidente da CECA, realizou o início dos trabalhos apresentando o histórico de criação da Câmara, e sua Instrução Normativa e Regimento Interno. Em seguida, argumentou sobre a proposta de inclusão da atividade no aludido Termo de Compromisso, justificando a importância da elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos, e a sensibilidade da SDS em apoiar as Prefeituras nesse pleito, uma vez que os municípios não possuem recursos financeiros e técnicos para conduzir o processo. Ressaltou aos membros da CECA a importância do tema, uma vez que a SDS possui interesse em constituir o Plano Estadual de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos. Em seguida, foi realizada a leitura da minuta da **RECOMENDAÇÃO/CECA Nº. 001/2011**, que trata sobre a questão. Após foi solicitada a opinião dos membros da CECA. Sr. Guillermo Moisés Bendezú Estupiñan, representante do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC), indagou se há outra fonte de recurso para a ação, pois o CEUC está efetuando relatório físico-financeiro do recurso, com intuito de saber qual valor está disponível. Destacou que o próprio TC destaca que os recursos serão aplicados apenas em UC. Sugeriu aguardar o resultado do levantamento financeiro no Convênio, pois a CECA deve ter esse insumo para tomar a decisão. Ressaltou ainda que devem ser envolvidos apenas os municípios afetados pelas Unidades de Conservação e suas Zonas de Amortecimento, assim como, indagou como será realizada a gestão do recurso e como será aplicado, uma vez que cada município receberá o valor de R\$ 16.393,44, do

recurso de R\$ 1.000.000,00, repassado pela SDS à Associação Amazonense dos Municípios (AAM). Sr. Marcelo Augusto dos Santos Pinheiro, representante do IPAAM, ressaltou que há necessidade da participação do Setor Financeiro da SDS na próxima reunião, assim como, o envolvimento das Assessorias Jurídicas do IPAAM e SDS para apreciação e manifestação formal sobre o documento. Dessa forma, o **ENCAMINHAMENTO** efetuado na reunião é que o Setor Financeiro da SDS apresente a situação financeira do Convênio para subsidiar o parecer dos membros da CECA, ficando agendado dia 11/05/2011 (Quarta-Feira), às 09:00, com local a confirmar para próxima reunião. As Assessorias Jurídicas da SDS e IPAAM apresentarão até o dia 10/05/2011 (Terça-feira), parecer jurídico sobre a **RECOMENDAÇÃO/CECA Nº. 001/2011**. Sem mais para o momento, eu, João Rodrigo Leitão dos Reis, Secretário da presente reunião, informo que a ata é validada por todos que subscrevem a lista em anexo.


João Rodrigo Leitão dos Reis
Secretário da Reunião

MINUTA ----- RECOMENDAÇÃO/CECA Nº. 001/2011

INTERESSADO: Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS).

ASSUNTO: Incremento da ação - “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrado de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas”, no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009 – SDS/Petrobrás.

A Câmara Estadual de Compensação Ambiental (CECA), da Secretaria de Estado do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável (SDS), apresenta considerações sobre o incremento da ação - “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas” no Plano de Trabalho “Programa de Proteção e Implementação das Unidades de Conservação (UC) na Área de Influência do Gasoduto Coari-Manaus” do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, assinado em 21/12/2009 (D.O.E. 05/01/2010, p. 5, Publicações Diversas):

1. A natureza jurídica da Compensação Ambiental (CA) no licenciamento de empreendimentos de grande porte é considerada a fase final do procedimento de licenciamento para obtenção da Licença de Operação (LO). O licenciamento requer como Avaliação de Impacto Ambiental (AIA) a apresentação do Estudo de Impacto Ambiental/Relatório de Impacto Ambiental (EIA/RIMA), e concomitantemente, “de acordo com a Lei 9.985, de 18/07/2000,

que institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza, e o Decreto Federal nº. 6.848, de 14/05/2009, que regulamenta os procedimentos para cálculo de compensação ambiental, a obrigatoriedade do repasse do percentual mínimo de 0.5% correspondente à compensação ambiental ao Sistema SDS". A CA também está prevista nos artigos 53 e 54 da Lei Complementar nº. 53/2007, que institui o Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) no Amazonas;

2. De acordo com o artigo 33 do Decreto Federal nº. 4.340/2002, a aplicação dos recursos da CA de que trata o Art. 36 da Lei nº 9.985/2000, nas UC, existentes ou a serem criadas, deve obedecer à seguinte ordem de prioridade:

- I - regularização fundiária e demarcação das terras;
- II - elaboração, revisão ou implantação de plano de manejo;
- III - aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento;

- IV - desenvolvimento de estudos necessários à criação de nova UC; e

- V - desenvolvimento de pesquisas necessárias para o manejo da UC e área de amortecimento.

3. No âmbito da SDS, conforme o Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009, foi instituída a Câmara de Compensação Ambiental (CECA), órgão de caráter deliberativo, criada por meio da Portaria/SDS/GS nº 014/2010, de 28 de janeiro de 2010, alterada pela Portaria/SDS/GS nº. 182/2010, de 20/08/2010, vinculada SEACA/SDS, possuindo como finalidade:

- I – Estabelecer prioridades e diretrizes para a aplicação de CA no Estado do Amazonas;

- II - Orientar, coordenar, supervisionar e avaliar as atividades e prioridades referentes à CA;

- III - Promover a discussão técnica e deliberar sobre o tema relativo à CA;

- IV - Avaliar e auditar a metodologia de cálculo da CA;

- V - Orientar e implementar mecanismos de articulação com intervenientes e parceiros externos, visando avaliar e desenvolver, com efetividade, a CA no âmbito do SNUC e do SEUC;

4. A CECA/SDS foi regulamentada por meio da Instrução Normativa (IN) nº. 005, de 28/06/2010 (D.O.E. 05/07/2010), que estabeleceu os procedimentos administrativos e técnicos para sua gestão, adotando os métodos para cálculo de CA estabelecidos no Decreto Federal nº 6.848, de 14 de maio de 2009;

5. No cumprimento de suas finalidades, ressalvadas as competências dos demais órgãos que integram o SNUC e SEUC, compete à CECA/SDS, conforme seu Regimento Interno, aprovado por meio da Portaria/SDS/GS n. 204, de 10/09/2010 (D.O.E. 27/09/2010), desenvolver as seguintes ações:

- I - analisar e propor a aplicação dos recursos financeiros e procedimentos administrativos para execução da CA;

- II - propor medidas administrativas e normativas, relacionadas à CA, à SDS e/ou ao IPAAM;

III - examinar e decidir sobre expedientes que versem sobre a CA, em geral;

IV – definir a aplicação e a destinação dos recursos provenientes da CA de empreendimentos de significativo impacto ambiental, de acordo com os estudos ambientais;

V – definir as UC a serem contempladas pelos recursos financeiros advindos da CA;

VI - avaliar e emitir parecer conclusivo sobre a aplicação dos recursos financeiros;

VII – emitir anualmente relatório circunstanciado sobre a aplicação dos recursos financeiros oriundo da CA nas diversas UC do Estado;

VIII – Acompanhar a execução dos convênios referentes às CA.

6. A cobrança da Compensação Ambiental (CA) do empreendimento “Gasoduto Coari-Manaus” foi prevista na Condicionante nº 18 da Licença Prévia (LP) nº 050/04, de 02/04/2004; Condicionante nº 37 da Licença de Instalação (LI) nº 061/04, de 11/08/2004; e Condicionante nº 17 da Licença de Operação (LO) nº 491/09, de 02/10/2009. Foi efetuada por meio do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, firmado entre a SDS - Compromitente, Instituto de Proteção Ambiental do Amazonas (IPAAM) - Interveniente, Transportadora Associada de Gás S/A (TAG) – Compromissária, e Transportadora Urucu Manaus S/A (TUM) – Co-Partícipe repassadora;

7. O Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº. 001/2009, de 21/12/2009, definiu o valor de R\$ 21.603.364,10 (vinte e um milhões, seiscentos e três mil, trezentos e sessenta e quatro reais, e dez centavos), correspondente a 0.5% do valor total do empreendimento para a implementação e gestão de UC estaduais;

8. O incremento da ação “Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas”, considera a Lei Federal nº 12.305, de 02/08/2010, que instituiu a Política Nacional de Resíduos Sólidos, regulamentada por meio do Decreto Federal nº 7.404, de 23/12/2010. De acordo com a legislação, os municípios possuem prazo de até agosto de 2012 para elaboração e aprovação dos Planos de Gestão Integral de Resíduos Sólidos, para poder ter acesso a recursos destinados ao setor, como por exemplo; ao Programa de Aceleração do Crescimento 2 (PAC-2);

9. O modo convencional de dar destino final aos resíduos sólidos, coletados nas áreas urbanas, nos 62 municípios do Amazonas, 92% corresponde a lixão a céu aberto. Esse processo ocorre sem medidas de proteção ao meio ambiente é à saúde pública, propiciando a proliferação de vetores de doenças, geração de odores desagradáveis, poluição do solo e de recursos hídricos, presença de catadores e de animais e, se torna um ambiente sem qualquer controle, para onde são enviados todos os resíduos, de forma indistinta e desordenada;

10. As UC criadas pelo Governo do Estado do Amazonas somam, atualmente, 41 unidades com, aproximadamente, 19 milhões de hectares. Destas, 78% estão incluídas na categoria de UC de uso sustentável dos recursos naturais, onde se prioriza o desenvolvimento da população humana residente, embora as UC de proteção integral também abriguem populações tradicionais em seus interiores. Além das UC criadas pelo Estado, tem-se as

UC federais e Terras Indígenas que integram as áreas protegidas do Estado, conforme Tabela 1.

Tabela 1. TOTAL DE ÁREAS PROTEGIDAS NO ESTADO DO AMAZONAS

ÁREA PROTEGIDA	DIMENSÃO (HECTARES)	EM RELAÇÃO AO ESTADO (%)
Unidade de Conservação Federal (UCF)	18.591.553	11,92
Unidade de Conservação Estadual (UCE)	19.007.033	12,19
Terras Indígenas (TI)	43.195.987	27,7
Total (UCF+UCE+TI)	83.584.516	51,81

Fonte: CEUC/SDS

A criação do Sistema Estadual de Unidades de Conservação (SEUC) do Estado do Amazonas em 2007, através da Lei complementar No. 53, permitiu ampliar não somente a área protegida do Estado, mas também um avanço nas relações entre o Estado, o cidadão e o meio ambiente. Neste contexto, os municípios integram a política de desenvolvimento ambiental do Estado com o desenvolvimento social de suas comunidades rurais, especificamente, aquelas que constituem as UC. As UC do Estado do Amazonas estão inseridas em 40 municípios, envolvendo 1.175.239 habitantes (Tabela 02), que dependem direta ou indiretamente dos produtos e serviços ambientais, assim como das políticas públicas voltadas para a qualidade de vida humana inseridas no plano de gestão de resíduos sólidos.

Tabela 02 - Municípios afetados por Unidades de Conservação no Estado do Amazonas

N.	Municípios	População (Censo 2010)	Unidades de Conservação (UC)
1	Alvarães	14.080	FLONA de Tefé
2	Anori	16.289	RDS Piagaçu-Purus
3	Apuí	18.059	RDS Bararati
			FLONA do Jatuarana
			PARNA do Juruena
			PAREST Sucunduri
			FLOREST de Aripuanã
			FLOREST de Apuí
			RDS Aripuanã
			RESEX do Guariba
4	Barcelos	25.715	FLONA do Amazonas
			PARNA Jaú
			PAREST da Serra do Aracá
			RDS Amanã
			RESEX do Rio Unini
5	Beruri	15.500	PARNA Nascentes do Lago Jari
			RDS Igapó-Açú

John

			RDS Piagaçu-Purus
6	Boca do Acre	29.880	FLONA Mapiá-Inauini
			RESEX Arapixi
7	Borba	34.452	RDS do rio Madeira
			PAREST Matupiri
			RDS Igapó-Açú
			RDS do Matupiri
			RDS Canumã
8	Canutama	12.727	FLOREST de Canutama
			RESEX de Canutama
			PARNA Mapinguari
			FLOREST de Tapauá
			FLONA Balata-Tufari
9	Carauari	25.700	RDS Uacari
			FLONA de Tefé
			RESEX do Médio Juruá
10	Coari	75.909	RDS Amanã
			RDS Piagaçu-Purus
			RESEX Catuá-Ipixuna
11	Codajás	23.119	RDS Amanã
12	Eirunepé	30.666	RESEX do Rio Gregório
13	Fonte Boa	22.659	RDS Mamirauá
			RESEX Auti-Paraná
			FLONA de Humaitá
14	Humaitá	44.116	FLONA Balata-Tufari
15	Ipixuna	22.199	RESEX do Rio Gregório
16	Irlanduba	40.735	RDS do Rio Negro
			APA Margem Direita do Rio Negro Paduari-Solimões
17	Itapiranga	8.200	RDS Uatumã
18	Japurá	7.289	RDS Mamirauá
			RESEX Auti-Paraná
19	Juruá	10.822	FLONA de Tefé
			RESEX do Baixo Juruá
20	Jutaí	17.964	RDS Cujubim
			RESEX do Rio Jutaí
21	Lábrea	37.574	FLONA do Iquiri
			PARNA Mapinguari
			RESEX Ituxi
			RESEX do Médio Purus
22	Manacapuru	85.144	RDS do Rio Negro
			APA Margem Direita do Rio Negro Paduari-Solimões
23	Manicoré	47.011	RDS do Rio Amapá

			RDS Igapó-Açú
			PAREST Matupiri
			RDS do Rio Madeira
			RESEX Lago do Capanã-Grande
24	Maraã	17.364	RDS Mamirauá
			RDS Amanã
25	Maués	51.847	PARNA Juruena
			FLOREST de Maués
			FLONA do Pau-Rosa
26	Nhamundá	18.278	PAREST Nhamundá
			APA Nhamundá
27	Nova Olinda do Norte	30.761	FLONA do Pau-Rosa
28	Novo Airão	14.780	APA Margem Esquerda Rio Negro - Aturiá-Apuazinho
			PARNA Jaú
			PAREST do Rio Negro - Setor Norte
			PARNA Anavilhanas
			RDS do Rio Negro
			APA Margem Direita do Rio Negro
29	Novo Aripuanã	21.389	RDS do Juma
			PARNA Campos Amazônicos
			PAREST do Guariba
			FLOREST de Manicoré
			RDS do Rio Madeira
30	Parintins	102.066	RESEX do Guariba
31	Pauini	18.153	APA Nhamundá
			FLONA do Purus
			FLONA Mapiá-Inauini
			RESEX do Médio Purus
32	Presidente Figueiredo	27.121	APA da Margem Esquerda do Rio Negro - Aturiá-Apuazinho
			APA Caverna do Maroaga
33	Rio Preto da Eva	25.758	ARIE PDBFF
			FLOREST do Rio Urubu
34	Santo Antônio do Içá	24.487	ARIE de Javari-Buriti
35	São Gabriel da Cachoeira	37.300	PARNA Pico da Neblina
			FLONA do Amazonas
36	São Sebastião do Uatumã	10.688	RDS do Uatumã
37	Tapauá	19.077	RESEX do Médio Purus
			FLOREST de Canutama
			PARNA Nascentes do Lago Jari
			FLOREST de Tapauá

			FLONA Balata-Tufari
			RDS Piagaçu-Purus
38	Tefé	61.399	FLONA de Tefé
39	Tonantins	17.056	RESEX Catuá-Ipixuna
			RDS Mamirauá
40	Uarini	11.906	RESEX do Baixo Juruá
Total População Envolvida		1.175.239	

No contexto do desenvolvimento social das comunidades tradicionais, os planos de gestão das UC determinam o desenvolvimento de uma série de programas com objetivos que visam proporcionar às comunidades residentes benefícios socioeconômicos gerados pela Unidade, através da criação de oportunidades de fortalecimento da sua organização social, de projetos de geração de renda e da melhoria da infraestrutura e serviços sociais. No aspecto referente à qualidade de vida das populações locais, as políticas públicas que visam a implantação de ações e infraestrutura de saneamento do lixo produzido nas atividades domésticas são necessárias para o cumprimento dos planos de gestão das UC estaduais. Neste sentido, a ampliação da efetivação do Plano de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos para a população residentes das UC atende essa demanda.

Observa-se que a abrangência da dispersão de resíduos sólidos nas comunidades rurais dos municípios contemplados por UC de uso sustentável e de proteção integral, é ampla, uma vez que essas comunidades, não possuem sistema de coleta e destinação final de resíduos adequada, e que o Plano de Gestão de Resíduos Sólidos, assim como, o Plano de Gestão das UC possuem objetivos comuns voltados à proteção, recuperação e ordenamento ambiental, havendo a necessidade de aliar esforços;

O plano de resíduos sólidos contemplará, também, outras tipologias de áreas protegidas como as unidades de conservação municipais e terras indígenas. Faz-se mister lembrar a participação das populações indígenas no processo, levando-se em conta considerando-se direitos originais referentes à terra e seus costumes, das populações indígenas,

Portanto, no contexto do Plano de Gestão integrada de Resíduos Sólidos, recomenda-se que a SDS integre a Associação Amazonense dos Municípios (AAM) para viabilizar a elaboração de metodologia para monitoramento de resíduos sólidos. Havendo essa cooperação, recomenda-se a participação de representantes do Centro Estadual de Unidades de Conservação (CEUC) através de seus gestores locais, os Chefes das UC. Além destes, faz-se necessário a participação de representantes do Instituto Chico Mendes de Conservação da Biodiversidade.

11. Com esse foco a Governo do Estado do Amazonas tem promovido ações voltadas à integração das agendas ambientais para promoção da conservação da biodiversidade, para a qual o planejamento, monitoramento e operacionalização da política de resíduos sólidos são essenciais. Dessa forma, observando a obrigatoriedade da elaboração dos planos e a carência de orientação técnica e financeira dos municípios, surgiu a proposta de inserir a ação "Apoio a elaboração dos Planos de Gestão Integrada

gplm

de Resíduos Sólidos dos municípios do interior do Amazonas". A proposta está baseada no inciso III "aquisição de bens e serviços necessários à implantação, gestão, monitoramento e proteção da unidade, compreendendo sua área de amortecimento" do artigo 33 do Decreto Federal nº. 4.340/2002, e na legislação específica que trata da regulamentação da CECA/SDS;

12. A gestão de resíduos sólidos é uma das premissas básicas inseridas nos programas de gestão de Planos de Gestão de UC, assim como, apesar de ser vinculado a gestão do Município, não se subtrai as ações voltadas a cooperação institucional e técnica para a implementação da UC e a gestão ambiental municipal. Desta forma, a CECA/SDS recomenda o incremento da atividade citado no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009. Devendo o CEUC/SDS, apresentar:

- a) Relatório de Execução físico-financeira do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, até fevereiro de 2011;
- b) Plano de Trabalho ajustado, discriminando as atividades e cronograma físico-financeiro, de acordo com o orçamento.

SDS

SECRETARIA DE ESTADO DO MEIO AMBIENTE E
DESENVOLVIMENTO SUSTENTÁVEL



Evento/ Atividade: 3ª Reunião Ordinária da Câmara de Compensação Ambiental da SDS

Objetivo: Apresentação da proposta e deliberação quanto ao incremento de atividade no Plano de Trabalho do Termo de Compromisso de Compensação Ambiental nº 001/2009, assinado em 21/12/2009 (D.O.E. 05/01/2010, p. 5, Publicações Diversas) – Compensação do empreendimento Gasoduto Coari-Manaus.

Data: 03/05/2011 (Terça-Feira)

Local: Sala de Reunião da SEACA/SDS

Horário: 09:00 – 12:00

Nº	Nome	Instituição	Fone	E-Mail
01	Jacinto Rodrigues Marques	JPAAM/DJ	2123-6718/6745	FR-marques@hotmmail.com
02	Wladimir Augusto dos Santos Almeida	JPAAM/DJ	2123-6745/6723	Wladimir.Augusto.Fernandes@hotmail.com
03	Jose Adailton Alves	SDS/SEACA	(92) 8816-1693	Prof-Adailton@yahoo.com.br
04	Manoel Claiter Silva	JPAAM	(92) 2123-6743	gustafesilva@hotmail.com
05	Guilherme M.B. Edupirion	SDS/CEUC	3236-0319/8116-2392	GUILHERME.MOISEX@GMAIL.COM
06	João Roberto Brito da Silva	SEACA/SDS	(92) 8202-4170	JRLREIS@GMAIL.COM
07				
08				
09				
10				
11				

Av. Mário Ypiranga, 3280, Parque Dez de Novembro, 69.050-030, Manaus/AM

Fone : (92) 3236-8596 Fone/Fax: (92) 36591837

web: <http://www.sds.am.gov.br>

e-mail: prof_adailton@yahoo.com.br